

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros.

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação

de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10, nº 2.10 e nº 25 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

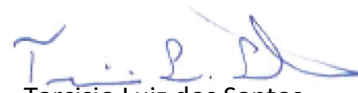
Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

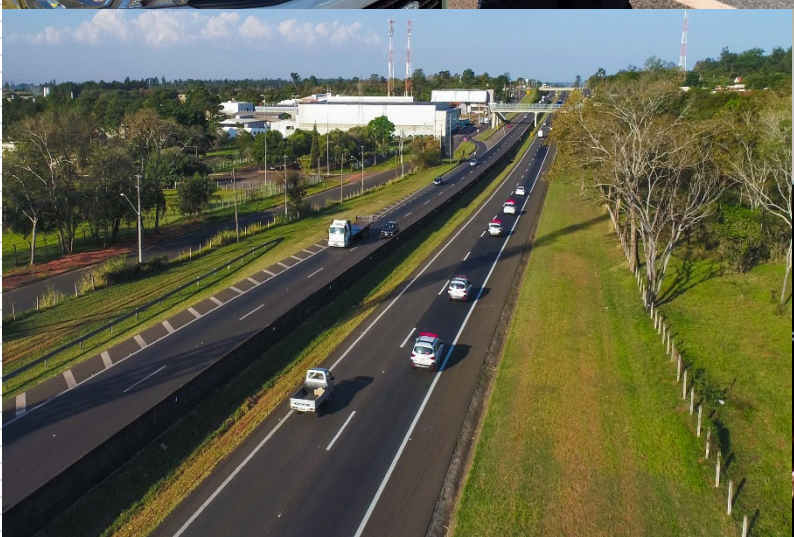
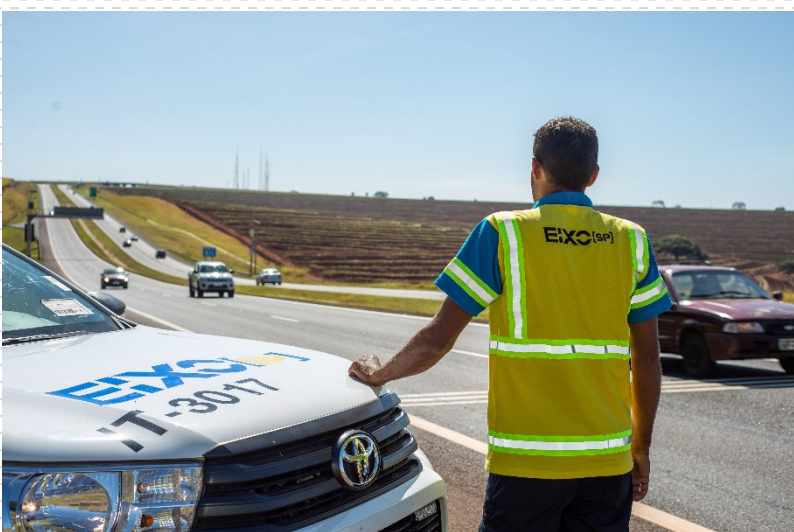
São Paulo, 9 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0



Relatório da Administração

2022

Itirapina, 09 de março de 2023.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2022.

Realizamos a comparação do resultado do exercício de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das demonstrações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 (“Contrato de Concessão”) e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão.

A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado – “PGE”.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2022		2021		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	61.442	56.969	56.431	24.514	9%	132%
Veículos Leves	20.794	26.356	18.321	11.199	14%	135%
Veículos Pesados	40.647	30.613	38.110	13.315	7%	130%
Tráfego²	30.732	34.760	27.786	14.842	11%	134%
Veículos Leves	21.035	26.860	18.571	11.423	13%	135%
Veículos Pesados	9.696	7.900	9.215	3.419	5%	131%
Tarifa Média (R\$)	8,02	6,84	7,32	6,41	10%	7%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

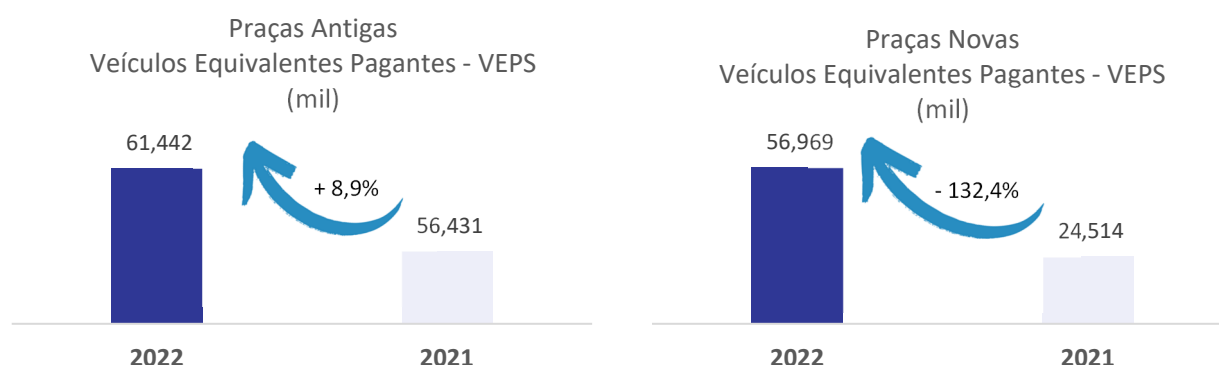
² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/22 sobre Jan-Dez/21): Brasil	7,9%	2,0%	6,5%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 6,5% no fluxo total de veículos no exercício de 2022, comparado com o mesmo exercício do ano anterior. Destaque para o aumento de 7,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



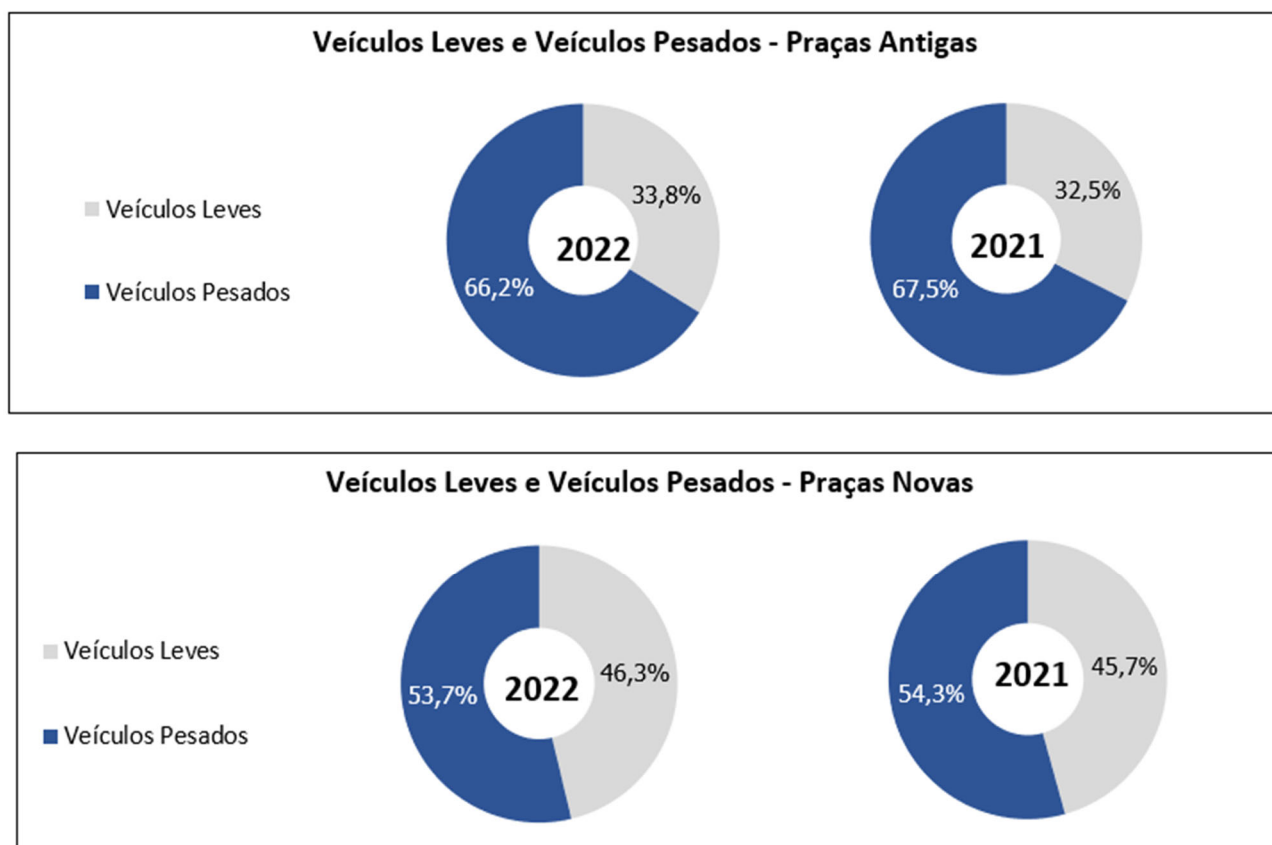
No exercício de 2022, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 61,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 8,9% na comparação com o mesmo exercício de 2021 (somente para praças antigas - ex Centrovias).

Quando comparado o tráfego total do exercício de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho; e
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro.

A performance de veículos pesados representa cerca de 60,2% do tráfego total¹ (63,5% do tráfego em 2021) e apresentaram um aumento de 38,6% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 59,7% no mesmo exercício comparado a 2021.

O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs somente das praças de pedágio antigas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388	-4%
Receita com Pedágio ¹	889.515	573.557	55%
Receitas Acessórias	4.590	2.965	55%
Receita de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-49%
Receita Bruta Ajustada²	894.105	576.522	55%
Deduções da Receita Bruta	(76.983)	(49.603)	55%
Receita Líquida Ajustada²	817.122	526.919	55%

¹ A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

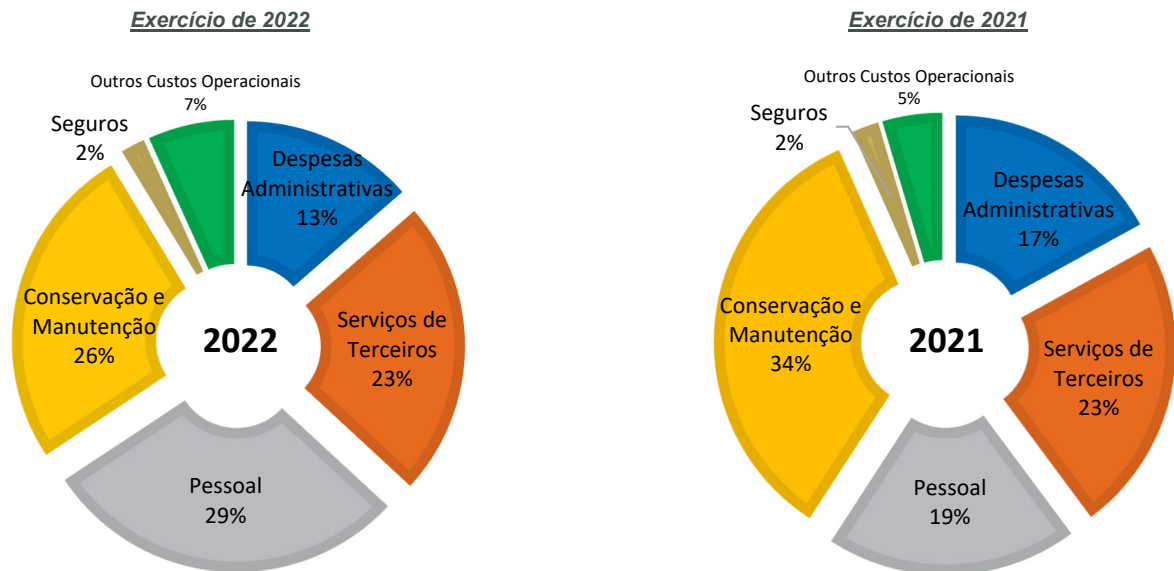
² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Pessoal	(69.165)	(43.707)	58%
Conservação e Manutenção	(61.615)	(77.235)	-20%
Serviços de Terceiros	(55.983)	(51.569)	9%
Seguros	(4.580)	(4.648)	-1%
Outros Custos Operacionais	(16.223)	(10.359)	57%
Despesas Administrativas	(32.630)	(38.400)	-15%
Custos e Despesas Administráveis	(240.196)	(225.918)	6%
Ônus de Fiscalização e Variável	(75.541)	(38.245)	98%
Depreciação e Amortização	(142.654)	(95.873)	49%
Provisão para Contingências	(6.358)	(1.063)	498%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(464.749)	(361.099)	29%
Custo de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-49%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(104.280)	(60.830)	71%
Custos e Despesas Operacionais	(961.459)	(1.186.795)	-19%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Lucro (prejuízo) Líquido	33.596	22.119	51,9%
Resultado Financeiro Líquido	174.692	95.390	83,1%
IRPJ & CSLL	41.395	(11.965)	-446,0%
Depreciação & Amortização	142.654	95.873	48,8%
EBITDA ICVM 527	392.337	201.417	94,8%
Margem EBITDA	32,44%	15,59%	108,0%
Receita de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-48,7%
Custo de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-48,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	104.280	60.830	71,4%
Provisão para Contingências	6.358	1.063	498,1%
EBITDA Ajustado¹	502.975	263.310	91,0%
Margem EBITDA Ajustado¹	61,6%	50,0%	23,2%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 502,9 milhões no exercício de 2022, um aumento de 91% em relação ao mesmo exercício de 2021, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 23,2%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de

devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

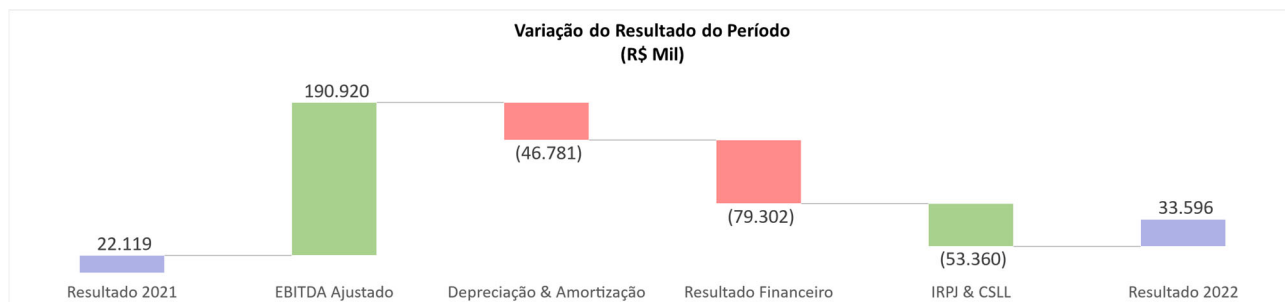
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Resultado Financeiro	(174.692)	(95.390)	83%
Receitas Financeiras	23.020	14.666	57%
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466	-24%
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572	743%
Outros	333	628	-47%
Despesas Financeiras	(197.712)	(110.056)	80%
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(119.381)	(82.405)	45%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)	186%
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(18.058)	(13.311)	36%
Despesas Bancárias	(24.162)	(843)	2766%
Outros	(4.438)	(2.407)	84%

Inflação e Juros	31/12/2022	31/12/2021	▲
IPCA Últimos 12 Meses	5,79%	10,06%	-42%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,65%	9,15%	49%

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>
http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Lucro do Período	33.596	22.119	52%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2022	2021	▲
Dívida Bruta	1.694.743	1.579.916	7%
Curto Prazo	2.604	2.527	3%
Empréstimos e Financiamentos	1.761	1.658	6%
Debêntures	843	869	-3%
Longo Prazo	1.692.139	1.577.389	7%
Empréstimos e Financiamentos	718.704	677.100	6%
Debêntures	973.435	900.289	8%
Disponibilidades	245.101	308.117	-20%
Caixa e Equivalente de Caixa	212.552	284.561	-25%
Aplicações Financeiras Vinculadas	32.549	23.556	38%
Dívida Líquida Ajustada	1.449.642	1.271.799	14%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Investimento Total	2.656.608	2.326.259	14%
Imobilizado	69.884	34.779	101%
Intangível	2.586.724	2.291.480	13%
Direito de Concessão (Investimento)	2.579.842	2.279.080	13%
Direito de Uso	6.882	12.400	-45%

Os investimentos realizados em 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, duplicação, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta

qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	2022	2021	▲
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388	-4%
Receitas com Pedágio	889.515	573.557	55%
Receitas Acessórias	4.590	2.965	55%
Receita de Construção (IFRS)	392.430	764.866	-49%
Deduções da Receita	(76.983)	(49.603)	55%
Receita Líquida	1.209.552	1.291.785	-6%
Custos & Despesas + Outras Receitas	(959.869)	(1.186.241)	-19%
Operacionais Líquidas			
Pessoal	(69.165)	(43.707)	58%
Conservação & Manutenção	(61.615)	(77.235)	-20%
Serviços de Terceiros	(55.983)	(51.569)	9%
Seguros	(4.580)	(4.648)	-1%
Outros Custos Operacionais	(16.223)	(10.359)	57%
Ônus de Fiscalização	(75.541)	(38.245)	98%
Despesas Administrativas	(32.630)	(38.400)	-15%
Provisão para Contingências	(6.358)	(1.063)	498%
Custos de Construção (IFRS)	(392.430)	(764.866)	-49%
Provisão para manutenção	(104.280)	(60.830)	71%
Depreciação & Amortização	(142.654)	(95.873)	49%
Outras receitas operacionais líquidas	1.590	554	187%
Resultado Operacional	249.683	105.544	137%
Resultado Financeiro	(174.692)	(95.390)	83%
Receitas Financeiras	23.020	14.666	57%
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466	-24%
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572	743%
Outros	333	628	-47%
Despesas Financeiras	(197.712)	(110.056)	80%
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(119.381)	(82.405)	45%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)	186%
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(18.058)	(13.311)	36%
Despesas bancárias	(24.162)	(843)	2766%
Outros	(4.438)	(2.407)	84%
Resultado Antes dos Impostos	74.991	10.154	639%
IRPJ & CSLL	(41.395)	11.965	-446%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(56.177)	(10.894)	416%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.782	22.859	-35%
Lucro do Exercício	33.596	22.119	52%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/12/2022	31/12/2021	Passivo (R\$ Mil)	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	212.552	284.561	Fornecedores	47.130	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	12.274	8.270	Empréstimos e financiamentos	1.761	1.658
Contas a Receber	58.041	46.060	Debêntures	843	869
Estoques	4.447	3.005	Poder concedente	33.002	13.190
Adiantamentos a Fornecedores	2.480	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	13.482	13.041
Despesas Antecipadas	3.084	2.546	Impostos, taxas e contribuições	12.524	13.771
Impostos a Recuperar	2.466	2.911	Adiantamento de clientes	2.108	2.019
Outros Ativos	252	345	Seguros e garantias	95	149
Partes relacionadas	173	200	Passivo de arrendamento	3.863	7.361
Total do Circulante	295.769	349.843	Partes relacionadas	1.272	2.345
			Provisão para manutenção	119.142	1.111
Ativo Não Circulante			Outras contas a pagar	598	369
Aplicações financeiras vinculadas	20.275	15.286	Total do Circulante	235.820	110.159
Impostos Diferidos	38.073	23.291			
Depósitos judiciais	750	140	Passivo Não Circulante		
Imobilizado	69.884	34.779	Empréstimos e financiamentos	685.814	628.673
Intangível	2.579.842	2.279.080	Debêntures	383.215	359.076
Direito de Uso	6.882	12.400	Debêntures - partes relacionadas	581.694	530.167
Total do Não Circulante	2.715.706	2.364.976	Passivo de arrendamento	2.644	5.456
			Provisão para riscos processuais	9.058	1.254
			Dividendos	811	492
			Total do Não Circulante	1.721.179	1.583.461
			Total do Passivo	1.956.999	1.693.620
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	4.272	2.592
			Reserva de Lucros	80.347	48.750
			Total do Patrimônio Líquido	1.054.476	1.021.199
Total do Ativo	3.011.475	2.714.819	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.011.475	2.714.819

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	212.552	284.561	Fornecedores	11	47.130	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	4	12.274	8.270	Empréstimos e financiamentos	12	1.761	1.658
Contas a receber	5	58.041	46.060	Debêntures	13	843	869
Estoques	6	4.447	3.005	Credor pela concessão	14	33.002	13.190
Adiantamento a Fornecedores		2.480	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	15	13.482	13.041
Despesas Antecipadas		3.084	2.546	Impostos, taxas e contribuições	16	12.524	13.771
Impostos a recuperar		2.466	2.911	Adiantamento de clientes		2.108	2.019
Partes relacionadas	17	173	200	Seguros e garantias		95	149
Outros ativos		252	345	Passivo de arrendamento	18	3.863	7.361
Total do ativo circulante		295.769	349.843	Partes relacionadas	17	1.272	2.345
				Provisão para manutenção	19	119.142	1.111
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		598	369
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.275	15.286	Total do passivo circulante		235.820	110.159
Impostos diferidos	7	38.073	23.291				
Depósitos judiciais		750	140	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	69.884	34.779	Empréstimos e financiamentos	12	685.814	628.673
Intangível	9	2.579.842	2.279.080	Debêntures	13	383.215	359.076
Direito de uso	10	6.882	12.400	Debêntures - Partes relacionadas	13	581.694	530.167
Total do ativo não circulante		2.715.706	2.364.976	Passivo de arrendamento	18	2.644	5.456
				Provisão para riscos processuais	20	9.058	1.254
				Provisão para manutenção	19	57.943	58.343
				Dividendos	21.b	811	492
				Total do passivo não circulante		1.721.179	1.583.461
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	21.a	969.857	969.857
				Reserva Legal	21.c	4.272	2.592
				Reserva de lucros	21.d	80.347	48.750
				Reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído	21.e		
				Total do patrimônio líquido		1.054.476	1.021.199
TOTAL DO ATIVO		3.011.475	2.714.819	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.011.475	2.714.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	22	1.209.552	1.291.785
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	<u>(919.005)</u>	<u>(1.145.823)</u>
LUCRO BRUTO		<u>290.547</u>	<u>145.962</u>
Despesa administrativas	23	(42.454)	(40.972)
Outras Receitas Operacionais		1.590	554
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>249.683</u>	<u>105.544</u>
Receitas financeiras	24	23.020	14.666
Despesas financeiras	24	<u>(197.712)</u>	<u>(110.056)</u>
		(174.692)	(95.390)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>74.991</u>	<u>10.154</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(56.177)	(10.894)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	14.782	22.859
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>33.596</u>	<u>22.119</u>
Lucro por ação - básico	25	0,0346	0,0304
Lucro por ação - diluído	25	0,0323	0,0269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>01/01/2022 à 31/12/2022</u>	<u>01/01/2021 à 31/12/2021</u>
Lucro do exercício	33.596	22.119
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do exercício	<u>33.596</u>	<u>22.119</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Lucro acumulados	Reservas			Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	Dividendos não distribuídos	
SALDO EM 31/12/2020	1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	-	506.790
Integralização de capital	-	492.500	-	-	-	-	492.500
Lucro líquido do exercício	-	-	22.119	-	-	-	22.119
Destinação do resultado do exercício	-	-	(21.909)	1.106	20.803	-	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,030 por ação)	-	-	(210)	-	-	-	(210)
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	-	1.021.199
Lucro líquido do exercício	-	-	33.596	-	-	-	33.596
Destinação do resultado do exercício	-	-	(33.277)	1.680	31.597	-	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,031 por ação)	-	-	(319)	-	-	-	(319)
SALDO EM 31/12/2022	<u>1.400.000</u>	<u>(430.143)</u>	<u>-</u>	<u>4.272</u>	<u>80.347</u>	<u>-</u>	<u>1.054.476</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

		01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
	Nota explicativa		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		33.596	22.119
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	23	142.654	95.873
Baixa do intangível		-	629
Juros incorridos sobre arrendamento	18	646	878
Impostos diferidos	7	(14.782)	(22.859)
Provisão para riscos	20	7.804	1.225
Provisão para manutenção	19	117.631	59.454
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	12	42.355	73.814
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	13	95.084	21.902
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(11.981)	(21.977)
Estoques		(1.442)	(1.544)
Impostos a recuperar		445	(2.887)
Adiantamento a fornecedores		(536)	(1.027)
Despesas antecipadas		(538)	6.787
Outros ativos		(515)	(483)
Fornecedores		648	(81.650)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		441	5.061
Credor pela concessão		19.811	12.808
Impostos, taxas e contribuições		49.537	11.735
Contas a pagar com partes relacionadas		(1.046)	1.992
Outras contas a pagar		259	2.075
IRPJ e CSLL pagos no período		(50.784)	(10.103)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	12	(36.693)	(77.088)
Amortização de juros debêntures	13	(19.444)	(7.794)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	18	(646)	(878)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>372.504</u>	<u>88.062</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(47.738)	(25.459)
Aquisições de intangível	9	(379.843)	(728.040)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(8.993)	(23.556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(436.574)</u>	<u>(777.055)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	12	-	594.595
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	-	(1.000.000)
Captação de debêntures	13	-	828.670
Recursos provenientes de alienação de intangível			5.655
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	(7.939)	(6.407)
Integralização de capital		-	492.500
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		<u>(7.939)</u>	<u>915.013</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(72.009)</u>	<u>226.020</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		284.561	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		212.552	284.561
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(72.009)</u>	<u>226.020</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	22	894.105	576.522
Com construção	22	392.430	764.866
Outras receitas		<u>1.590</u>	<u>554</u>
		1.288.125	1.341.942
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	23	(565.694)	(906.062)
Serviços terceiros, seguros e outros	23	(90.220)	(78.209)
Poder concedente	23	<u>(75.541)</u>	<u>(38.245)</u>
Valor adicionado (consumido) bruto		556.670	319.426
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	23	(142.654)	(95.873)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>414.016</u>	<u>223.553</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	24	23.020	14.666
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>437.036</u>	<u>238.219</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		50.536	39.308
Benefícios		12.479	12.877
Encargos sociais e trabalhistas		17.336	12.062
Outros encargos		<u>2.878</u>	<u>1.305</u>
	23	<u>83.229</u>	<u>65.552</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	24	119.381	82.405
Despesas financeiras	24	46.658	16.561
Atualização provisão manutenção	24	31.673	11.090
Aluguéis	23	<u>4.121</u>	<u>2.854</u>
		<u>201.833</u>	<u>112.910</u>
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	56.177	10.894
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(14.782)	(22.859)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	22	44.348	28.559
Programa de Integração Social (PIS)	22	5.811	3.748
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	22	<u>26.824</u>	<u>17.296</u>
		<u>118.378</u>	<u>37.638</u>
Atribuído aos acionistas:			
Lucro do exercício		33.596	22.119
VALOR CONSUMIDO		<u>437.036</u>	<u>238.219</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$13,2 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021.
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021.
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021.
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 ("Contrato de Concessão") e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão.

A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado - "PGE".

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável.

2.6.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício.

2.7. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

(b) Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros".

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Credor pela concessão

Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.15. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.16. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros híbridos

O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo.

2.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

2.19. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.22. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

2.23. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes.

CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018–2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos

CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS -
Declaração da Prática)

Divulgação de Políticas Contábeis

CPC 23 (Alterações à IAS 8)

Definição de Estimativas Contábeis

CPC 32 (Alterações à IAS 12)

Imposto Diferido Relacionado a Ativos e
Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	5.904	4.172
Bancos	6.500	2.168
Aplicações Financeiras (i)	<u>200.148</u>	<u>278.221</u>
Total (ii)	<u>212.552</u>	<u>284.561</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 100% e 101%, em 31 de dezembro de 2022 e à taxa média entre 90% e 100%, em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	19.263	13.342
Aplicações vinculadas - Debêntures	<u>13.286</u>	<u>10.214</u>
Total	<u>32.549</u>	<u>23.556</u>
Circulante	12.274	8.270
Não Circulante	<u>20.275</u>	<u>15.286</u>
	<u>32.549</u>	<u>23.556</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de 95%, tanto em 31 de dezembro de 2022 quanto em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	57.924	46.060
Receitas acessórias a receber	117	-
Total	<u>58.041</u>	<u>46.060</u>
 A vencer	 58.041	 46.060
Total	<u>58.041</u>	<u>46.060</u>

- (*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação – “OSA”.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Uniformes e EPIs	2.252	1.289
Manutenção civil e hidráulica	1.097	834
Outros	<u>1.098</u>	<u>882</u>
Total	<u>4.447</u>	<u>3.005</u>

Em 31 de dezembro de 2022 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda diferido	27.995	17.125
Contribuição social diferida	<u>10.078</u>	<u>6.166</u>
Total	<u>38.073</u>	<u>23.291</u>
2022	-	2.705
2023	1.819	371
Após 2024	<u>36.254</u>	<u>20.215</u>
Total	<u>38.073</u>	<u>23.291</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	7.449	1.091
Provisão de fornecedores	4.238	3.972
Provisão para manutenção	177.084	59.454
Capitalização de juros	(77.900)	-
Provisão PLR	(793)	3.322
Outras	<u>1.901</u>	<u>664</u>
Base de cálculo Total	<u>111.979</u>	<u>68.503</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.073	23.291

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.991	10.154
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominal	(25.497)	(3.452)
Ajuste para alíquota efetiva:		
Capitalização de juros	(15.960)	-
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Amortização da capitalização de juros	(758)	15.768
Outras diferenças permanentes	<u>819</u>	<u>(351)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(41.396)</u>	<u>11.965</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(56.178)	(10.894)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>14.782</u>	<u>22.859</u>
	<u>(41.396)</u>	<u>11.965</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	55%	118%

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	970	86.797
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	(175)	(16.913)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	-
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	-

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.519.095</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.816.838</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(138.901)</u>	<u>(97.849)</u>	<u>(246)</u>	<u>(236.996)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.380.194	1.038.486	2.858	2.579.842
	-	6,78	3,33	6,64	
Taxas médias anuais de amortização - % (a)					

	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contrato de Concessão - Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	1.573.796
Adições	394.847	429.054	-	1.382	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>218.833</u>	<u>1.034.970</u>	<u>1.136.335</u>	<u>2.531</u>	<u>2.392.669</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Adições	-	(47.914)	(37.877)	(89)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>(53.522)</u>	<u>(59.972)</u>	<u>(95)</u>	<u>(113.589)</u>

	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contrato de Concessão – Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,69	3,33	6,72	-

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 17.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis em construção, custos de empréstimos no montante de R\$51.582 em 31 de dezembro de 2022. A capitalização no exercício de 2022 foi 18% do resultado financeiro sendo finalizada em dezembro de 2022.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2022.

10. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e Edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	12.400	2.076	(446)	(7.148)	6.882

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	15.993	2.878	(6.471)	12.400

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - Obras	34.559	41.815
Fornecedores - Imobilizado	756	1.294
Fornecedores - Serviços	<u>11.815</u>	<u>11.167</u>
Total	<u>47.130</u>	<u>54.276</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
BNDES	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575
Total	<u>630.331</u>	<u>-</u>	<u>93.937</u>	<u>(36.693)</u>	<u>-</u>	<u>687.575</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Notas						
Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	<u>1.032.744</u>	<u>650.000</u>	<u>80.080</u>	<u>(1.077.088)</u>	<u>(55.405)</u>	<u>630.331</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.761	1.658
Não circulante	685.814	628.673

- (i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para que os critérios estabelecidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21” disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2022 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2022
Partes relacionadas (ii)	530.167	-	51.527	-	-	581.694
BNDES (ii)	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Total	<u>890.112</u>	<u>-</u>	<u>95.934</u>	<u>(19.444)</u>	<u>(850)</u>	<u>965.752</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	Saldo em 31/12/2021
Partes relacionadas	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Total	<u>-</u>	<u>840.703</u>	<u>69.236</u>	<u>(7.794)</u>	<u>(12.033)</u>	<u>890.112</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	843	869
Não circulante	964.909	889.243

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenant” financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Ônus de fiscalização	1.158	750
Outorga variável	7.979	5.841
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	23.865	6.599
Total	<u>33.002</u>	<u>13.190</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

15. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e honorários	653	512
Encargos sociais e previdenciários	2.701	1.970
Provisão de férias	8.587	5.712
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	1.541	4.847
Total	<u>13.482</u>	<u>13.041</u>

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.112	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.992	5.365
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.049	3.424
Impostos federais terceiros	334	956
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	480	634
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	557	740
Total	<u>12.524</u>	<u>13.771</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2022	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2021		<u>173</u>	<u>1.272</u>

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2021	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197
Saldo em 31/12/2021		<u>200</u>	<u>2.345</u>

Partes Relacionadas (*)	Resultado	
	01/01/2022	01/01/2021
	a	a
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	65	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	134	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	1	9
Winity S.A.	(545)	(213)
Pátria Infraestrutura IV	71	(137)
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(9.933)	(5.276)
	<u>(10.207)</u>	<u>(4.616)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, supply chain, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

- (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2022 em até R\$8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$7.149 (R\$2.702 em 31 de dezembro de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R\$52.048.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	12.817	16.345
Adições e atualizações contratuais	2.076	2.879
Baixas de contrato	(446)	-
Juros provisionados	646	878
Pagamento de juros	(646)	(878)
Pagamento de principal	<u>(7.940)</u>	<u>(6.407)</u>
Total	<u>6.507</u>	<u>12.817</u>
Circulante	3.863	7.361
Não circulante	2.644	5.456

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2023	-	4.408
2024	1.339	782
2025	655	325
2026 em diante	<u>1.261</u>	<u>539</u>
Total	3.255	6.054
Ajuste a valor presente	<u>(611)</u>	<u>(598)</u>
Passivo de arrendamento	<u>2.644</u>	<u>5.456</u>

	<u>Adoção Inicial</u>	<u>Dez.2022</u>	<u>Dez.2023</u>	<u>Dez.2024</u>	<u>Dez.2025</u>	<u>Dez.2026 em diante</u>
IPCA			5,74%	3,90%	3,50%	3,00%
<u>Ativo de</u>						
<u>arrendamento (i)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	7.328	4.741	2.235	1.137	-
Fluxo com projeção	19.588	7.328	5.013	2.322	1.177	-
<u>Passivo de</u>						
<u>arrendamento (ii)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.953	2.855	1.767	1.262	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	3.019	1.836	1.306	-
<u>Despesas financeiras</u>						
<u>(ii)</u>						
Balanço patrimonial		638	264	134	84	845
Fluxo com projeção		638	279	139	87	875
<u>Despesas de</u>						
<u>depreciação (i)</u>						
Balanço patrimonial		7.148	2.587	2.506	1.098	1.137
Fluxo com projeção		7.148	2.735	2.604	1.136	1.177

- (i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para o mesmo através das despesas de depreciação.
- (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	11.090	31.673	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2021
Provisão para manutenção	-	60.830	-	60.830
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	-	11.090	-	11.090
AVP (Receita financeira)	-	(12.466)	-	(12.466)
	<u>-</u>	<u>59.454</u>	<u>-</u>	<u>59.454</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	119.142	1.111
Não circulante	57.943	58.343

20. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingência - ações trabalhistas	1.210	525
Provisão para contingência - ações cíveis	7.848	729
Total	<u>9.058</u>	<u>1.254</u>

Mapa movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.254	29
Adições (i)	7.451	1.225
Baixas	(1.092)	-
Atualização monetária	1.445	-
Saldo final	9.058	1.254

- (i) As adições ocorridas no exercício de 2022 possuem natureza cível (R\$6.924) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$527) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível (R\$ 6.919) e trabalhistas (R\$ 7.848) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
(-) Constituição de reserva legal	<u>(1.680)</u>	<u>(1.106)</u>
(=) Lucro líquido ajustado	<u>31.916</u>	<u>21.013</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	319	210

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R\$1.680 (R\$1.106 em 31 de dezembro de 2021).

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de dezembro de 2022 foi adicionada à reserva de retenção de lucros o montante de R\$31.597. Em 31 de dezembro de 2021, a constituição realizada foi de R\$20.803.

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a)	889.515	573.557
Receitas com construção (b)	392.430	764.866
Receita acessória (c)	<u>4.590</u>	<u>2.965</u>
Receita Bruta	1.286.535	1.341.388
Deduções da receita	<u>(76.983)</u>	<u>(49.603)</u>
Receita líquida	<u>1.209.552</u>	<u>1.291.785</u>

- (a) A partir de 4 de junho de 2022 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 12,13%. A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio.
- (b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial e PAI – Programa de Adequação Inicial) e em função da conclusão das praças de pedágios.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	894.105	576.522
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.824)	(17.296)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.811)	(3.748)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(44.348)	(28.559)
	<u>(76.983)</u>	<u>(49.603)</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(392.430)	(764.866)
Provisão para manutenção (a)	(104.280)	(60.830)
Pessoal	(69.165)	(43.707)
Conservação e manutenção rotineira	(61.615)	(77.235)
Serviços de terceiros (b)	(55.983)	(51.569)
Seguros	(4.580)	(4.648)
Depreciações e amortizações	(139.188)	(94.364)
Poder concedente (c)	(75.541)	(38.245)
Locações de imóveis e máquinas	(4.121)	(2.846)
Outras despesas operacionais	(12.102)	(7.513)
Total	<u>(919.005)</u>	<u>(1.145.823)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(6.358)	(1.063)
Pessoal	(14.064)	(21.845)
Conservação e manutenção rotineira	(1.011)	(2.068)
Serviços de terceiros	(14.514)	(12.894)
Depreciações e amortizações	(3.466)	(1.509)
Locações de imóveis e máquinas	-	(8)
Outras despesas operacionais	(3.041)	(1.585)
Total	<u>(42.454)</u>	<u>(40.972)</u>

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 14.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Provisão para manutenção - AVP	9.438	12.466
Receita de aplicações financeiras	13.249	1.572
Outros	333	628
Total	<u>23.020</u>	<u>14.666</u>
 Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos /Debêntures	(119.381)	(82.405)
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	(31.673)	(11.090)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos /Debêntures	(18.058)	(13.311)
Juros de arrendamento	(646)	(878)
Despesas bancárias	(24.162)	(843)
Atualização processos judiciais	(1.445)	-
Outras despesas financeiras	(2.347)	(1.529)
Total	<u>(197.712)</u>	<u>(110.056)</u>
 Resultado Financeiro Líquido	<u>(174.692)</u>	<u>(95.390)</u>

25. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Lucro básico/diluído por ação:</u>		
Lucro líquido do exercício	33.596	22.119
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	726.980
Lucro básico	0,0346	0,0304
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	71.442	96.212
Lucro diluído	0,0323	0,0269

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 13.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.694.743	1.579.916
Caixa e equivalentes de caixa	(212.552)	(284.561)
Aplicações financeiras vinculadas	<u>(32.549)</u>	<u>(23.556)</u>
Dívida líquida	1.449.642	1.271.799
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.055.287</u>	<u>1.021.199</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,37</u>	<u>1,25</u>

- (i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	212.552	284.561
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	32.549	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	58.041	46.060
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	173	200
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	47.130	54.276
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	720.465	678.758
Debêntures	Custo amortizado	974.278	890.112
Credor pela concessão	Custo amortizado	33.002	13.190
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.272	2.345

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	407.205	3.798.865	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	174.543	1.628.333	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	392.530	770.852	20.459	21.300	729.093
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	720.465	1.526.139	35.730	36.800	1.453.609
		<u>1.694.743</u>	<u>7.724.189</u>	<u>56.189</u>	<u>58.100</u>	<u>7.609.900</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	212.552	29.013	36.261	43.531	21.765	14.517
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	32.549	4.443	5.553	6.666	3.333	2.223
Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	392.530	22.060	27.595	33.090	16.565	11.030
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	720.465	40.490	50.649	60.735	30.404	20.245

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,62%	7,03%	8,43%	4,22%	2,81%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 30 de dezembro de 2022.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 30 de janeiro 2023.

27. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos - frota	49.091	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	262.372	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.301.013	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	13.540	Até junho de 2023
Seguro patrimonial	13.500	Até setembro de 2023

28. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2023, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$936 milhões de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,7 bilhão.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	2.076
Receita de construção	22	392.430
Custo de construção	23	(392.430)
Capitalização de juros	9/13	(51.582)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	7.256
Aquisição de imobilizado (a)	8	538

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do exercício.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 09 de março de 2023, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.